



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
P R E S I D Ê N C I A

Moção n.º /2023

Instar o Governo a tomar as medidas necessárias para a resolução dos problemas que afetam os utilizadores do transporte ferroviário e, a Assembleia da República, para que promova um amplo debate parlamentar sobre a política pública de mobilidade do Governo

Nas cidades, a mobilidade constitui uma das áreas que deve merecer mais importância nas políticas públicas.

Lisboa não é caso diferente. Uma análise meramente empírica da rede de mobilidade lisboeta permite constatar a interseção de vários meios e infraestruturas de transporte, o que obriga a uma visão e um planeamento concertados.

É por força da necessidade de políticas concertadas, e defendendo os interesses dos munícipes lisboetas e das pessoas que estudam, trabalham e visitam a cidade de Lisboa, que a Câmara Municipal de Lisboa pretende tomar uma posição através da presente moção.

A dimensão ferroviária da mobilidade urbana não tem sido devidamente acautelada pelo Governo. Em termos estruturais, deve não só assinalar-se o atraso na execução do Programa Ferrovia 2020, que já deveria ter terminado em setembro de 2021, como o atraso na requalificação e substituição do material circulante, cujas primeiras composições, para o serviço regional, apenas deverão começar a ser entregues em 2025, sete anos depois de o Governo ter aprovado a respetiva aquisição.

Acresce ainda a tomada de decisões casuísticas que possam rapidamente suprir as deficiências nos serviços e a falta de oferta, como o recentemente anunciado aluguer de 18 automotoras usadas a diesel à empresa ferroviária espanhola Renfe, por um valor de 19,5 M de euros até 2025 ou, mais cedo, caso as referidas composições atinjam a respetiva vida útil antes desse prazo.

Verifica-se igualmente uma gestão que, no quadro da defesa do caráter público, essencial e estratégico, da empresa Caminhos de Ferro Portugueses – Comboios de Portugal, E.P.E. (“CP”), não tem assegurados nem mobilizados os meios suficientes para concretizar respostas e soluções



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
P R E S I D Ê N C I A

para a densificação e reforço da oferta. É necessário adquirir novos comboios, investir no material circulante, investir nos trabalhadores, garantindo não só a contratação dos trabalhadores necessários e em falta mas também a plena salvaguarda dos direitos de todos os trabalhadores.

No que a Lisboa especificamente diz respeito, verificam-se constantes atrasos e supressões nas viagens de e para o centro da Cidade, com evidente perda de qualidade do serviço e que afetam os utilizadores do transporte ferroviário que dele dependem para as suas deslocações diárias.

A medida municipal de introdução da gratuidade do transporte público coletivo de passageiros na cidade de Lisboa aos residentes estudantes até aos 23 anos de idades e maiores de 65 anos – medida que deveria ser alargada ao nível metropolitano e nacional, assegurando a correspondente verba no orçamento do Estado, – abrange todos os operadores de transporte público de passageiros, incluindo os operadores do transporte ferroviário, permitindo a essa população aceder, de forma gratuita, ao serviço prestado pelos referidos operadores, dentro dos limites da cidade, com um elevado potencial de impacto na substituição do transporte particular pelo transporte público. Os beneficiários desta medida, de cariz totalmente inovador e sem precedentes na cidade de Lisboa, acabam por ser igualmente afetados por este clima de insatisfação geral com o serviço prestado pela CP e pela IP.

O Município de Lisboa não deixará de assumir as suas responsabilidades nessa e nas outras medidas e políticas que desenvolve com o objetivo de promover uma mobilidade segura, sustentável e previsível que, ao invés de casuar transtornos aos utilizadores, pretende facilitar a circulação fluída na cidade e nas viagens de e para os concelhos limítrofes.

Neste sentido, é com grande preocupação que a Câmara Municipal de Lisboa verifica uma crescente insatisfação dos utilizadores do transporte público ferroviário, associada também às recentes perturbações no transporte ferroviário que vêm sendo sentidas e reportadas.

Lamenta-se profundamente, por isso, a posição manifestada pelo Governo relativamente ao incidente ocorrido no dia 1 de março de 2023 em Benfica, num comboio da CP, quando na sequência de uma sobrelotação num comboio que fazia a ligação entre Lisboa e Sintra, um dos passageiros acionou o manípulo da paragem de emergência, entre as estações de Campolide e de Benfica, em virtude de vários passageiros terem dado sinais de indisposição por causa do excesso de lotação na carruagem e do tempo que tiveram de suportar essa situação, uma vez que



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
P R E S I D Ê N C I A

esse comboio tinha estado parado mais de uma hora na estação de Benfica. Nos vídeos divulgados nas redes sociais, eram visíveis carruagens lotadas de passageiros e várias pessoas a caminharem pela linha de caminho-de-ferro, depois de o comboio ter parado entre estações, o que constitui um risco intolerável para a segurança dos passageiros da CP e uma situação que não se deve voltar a repetir.

Ao afirmar que resultou de uma “conjugação de vários fatores”, nomeadamente a viagem decorrer em hora de ponta, a existência de serviços mínimos decorrentes da greve e de um menor número de comboios, o Governo omite os motivos que levaram à convocação da greve, desresponsabilizando-se de qualquer tarefa de mediação que conduza a uma normalização da circulação ferroviária e das condições de mobilidade urbana e metropolitana.

Realce-se, a este propósito, que foi emitido um novo pré-aviso de greve dos maquinistas da CP para um período de greve que terá lugar entre os dias 10 e 17 de março.

O impacto desta ausência da política ferroviária de que Lisboa e o País carecem por parte do governo e de incentivo à utilização do transporte ferroviário provoca, ainda, um aumento do uso do transporte particular, em contraciclo com o discurso do Governo nesta matéria e com fortes impactos negativos na mobilidade, na saúde e na qualidade do ar, o que afeta negativamente o bem-estar da população de Lisboa, com fortes congestionamentos de tráfego nas principais artérias da cidade, em praticamente todas as horas do dia.

Assim,

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere instar o Governo a tomar as medidas necessárias para a resolução dos problemas que afetam a utilização da ferrovia na cidade de Lisboa e nos concelhos limítrofes e, a Assembleia da República, no sentido de promover um amplo debate parlamentar sobre a política pública de mobilidade do Governo.

Paços do Concelho de Lisboa, aos 08 de março de 2023



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
P R E S I D Ê N C I A

O Presidente,

Carlos Moedas

Os Vereadores,

Filipe Anacoreta Correia Joana Castro e Almeida Filipa Roseta Diogo Moura

Ângelo Pereira Sofia Athayde